

Folha de S.Paulo / Datafolha

# RACISMO CORDIAL

A mais completa análise sobre  
o preconceito de cor no Brasil

SBD-FFLCH-USP



259897

Organização

Cleusa Turra

Gustavo Venturi



editora ática

# APRESENTAÇÃO

O dia 20 de novembro de 1995 marca os 300 anos da morte do herói negro Zumbi, o organizador e principal dirigente de Palmares — uma confederação de quilombos que foi ativa de 1630 até 1694 na região hoje ocupada pelo estado de Alagoas. A efeméride levou o estado e muitas organizações ativistas a preparar comemorações pela memória de Zumbi. A *Folha de S. Paulo* preparou, em 1995, várias reportagens especiais sobre as questões raciais no Brasil.

O trabalho apresentado neste livro, editado em parceria pela *Folha* e Editora Ática, é resultado de um projeto que levou seis meses para ser realizado e que culminou com a publicação, no dia 25 de junho de 1995, um domingo, do suplemento “Racismo Cordial — a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros”, encartado na *Folha*. Com 16 páginas tamanho *standard*, o caderno especial continha reportagens e o resumo dos resultados de uma pesquisa Datafolha aplicada em todo o país nos dias 4, 5 e 6 de abril de 1995.

O Datafolha encontrou algo simples e previsível: o Brasil é um país racista contra pessoas negras.

A diferença é que isso foi, pela primeira vez, constatado cientificamente. Números e limites desse racismo foram identificados. Mapearam-se frases e atitudes racistas ou intolerantes contra negros — inclusive dos próprios negros, que também demonstram preconceito contra integrantes de sua etnia. Infelizmente, como não havia trabalho anterior e da mesma amplitude, não foi possível uma comparação com outros períodos da história do país. Agora isso é viável. O Estado, os movimentos organizados da sociedade civil e estudiosos do assunto poderão, no futuro, usar o trabalho do Datafolha para avaliar o efeito de políticas postas em prática no país para diminuir o racismo.

As limitações de espaço do jornal diário forçaram uma edição restrita das tabelas e gráficos resultantes da pesquisa do Datafolha, no suplemento especial. Este livro torna disponível para especialistas e público em geral os achados completos do trabalho, exceto algumas tabelas secundárias. Traz todos os principais gráficos e tabelas com o resultado da pesquisa. É um documento de valor inestimável para a compreensão do racismo no Brasil.

Para realizar a mais ampla pesquisa sobre preconceito racial no Brasil, o Datafolha mobilizou cerca de 700 pessoas, entre pesquisadores, supervisores de campo e coordenadores regionais, além das equipes de planejamento, administração, coordenação de campo, análise e processamento de dados, sediadas em São Paulo. Dentre os muitos profissionais envolvidos neste trabalho, cabe destacar os sociólogos Antonio Manuel Teixeira Mendes, Gustavo Venturi e Mauro Francisco Paulino, os estatísticos Renata Nunes Cesar e José Reinaldo Riscal e os pesquisadores Ailton Gobira, Magda Ribeiro, Terezinha Peret, Alessandro Janoni, Branca Lima, Luciana Chong e Clara Vasconcelos.

Além da equipe do Datafolha e de especialistas convidados a opinar sobre o trabalho, a *Folha* mobili-

zou 11 jornalistas para participar da reportagem e da edição do suplemento especial "Racismo Cordial": Aureliano Biancarelli, Cleusa Turra, Cristina Grillo, Fernanda Scalzo, Fernando Rodrigues, Hélcio Zolini, João Batista Natali, Marilene Felinto, Mauricio Stycer, Sara Silva e Silvia Quevedo. É o trabalho desses jornalistas e dos profissionais do Datafolha que resultou neste livro publicado agora.

São Paulo, outubro de 1995.



PARTE 1

# A REPORTAGEM

# RACISMO CORDIAL

Fernando Rodrigues \*

A maior e mais ampla investigação científico-jornalística sobre preconceito de cor no Brasil, realizada pela *Folha* e pelo Instituto de Pesquisas Datafolha em 1995, resultou em centenas de revelações. Mas três números básicos sintetizam um pouco esse extenso trabalho, agora publicado neste livro: 1) apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra negros no Brasil, 2) só 10% admitem ter um pouco ou muito preconceito, mas, 3) de forma indireta, 87% revelam algum preconceito, ao pronunciar ou concordar com enunciados preconceituosos, ou ao admitir comportamentos de conteúdo racista em relação a negros.

Em resumo, os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra negros.

Esses números não apareceram limpos e encadeados ao final da pesquisa. É que os mais de cinco mil entrevistados sabiam, ainda que de forma velada, que ser racista não é boa coisa. Agiram de acordo com uma frase cunhada no início dos anos 60 pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995): "O brasileiro não evita, mas tem vergonha de ter preconceito". Foi exata-

Fernando Rodrigues, 32 anos, é repórter especial da *Folha de S. Paulo*.

mente assim na pesquisa Datafolha. A imensa maioria dos brasileiros demonstrou ter ou estar inclinada a ter atitudes preconceituosas em relação a pessoas negras, mas quis minimizá-las. Uma demonstração de cordialidade, talvez, para não ofender ainda mais aquele que se discrimina. Este trabalho da *Folha* e do Datafolha analisou minuciosamente as respostas e identificou esse racismo cordial — subliminar muitas vezes —, embora seus protagonistas tenham tentado ocultá-lo.

“A contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade. Daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”, disse o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em seu livro *Raízes do Brasil* (26. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. p. 106-7), editado pela primeira vez em 1936. Mas o autor adverte: “Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade” (p. 107). Segundo ele, “a palavra ‘cordial’ há de ser tomada, neste caso, em seu sentido exato e estritamente etimológico” (p. 106).

Buarque de Holanda afirma que o brasileiro está distante de ter uma noção ritualista da vida, sendo cordial e colocando sempre o privado acima do coletivo. “Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência — e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum

modo, organização de defesa ante a sociedade. Derém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência” (p. 107). Essa é a descrição que mais acuidade empresta ao que o Datafolha encontrou ao fazer aos brasileiros perguntas sobre preconceito de cor. Indagado se é racista, o brasileiro, cordialmente, nega. Como disse Buarque de Holanda, essa cordialidade “equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intatas suas sensibilibidades e suas emoções”. E a pesquisa conseguiu retirar esse disfarce dos brasileiros.

Os dois primeiros achados do Datafolha eram absolutamente contraditórios: 89% dos brasileiros diziam haver racismo no país, mas só 10% admitiam ser, eles próprios, racistas. Havia, claramente, um buraco entre essas duas respostas dos brasileiros pesquisados. Como a pesquisa era longa, com 34 perguntas, jornalistas e profissionais do instituto de pesquisa começaram a fazer cruzamentos de respostas.

Nesses cruzamentos, escolheram-se 12 perguntas básicas que faziam parte da pesquisa. Essas perguntas, interpretadas à luz de novos cruzamentos de resultados, poderiam ajudar a compreender as atitudes mais cotidianas dos entrevistados quando o assunto era racismo. E, principalmente, contribuir para alcançar o objetivo principal da pesquisa, que era saber o tamanho exato do racismo no Brasil, quem o exercia e de que forma.

As 12 perguntas escolhidas estão listadas abaixo, redigidas da forma como foram lidas pelo pesquisador do Datafolha:

“Eu vou dizer algumas coisas que as pessoas costumam falar e gostaria que você dissesse se concorda ou discorda de cada uma, totalmente ou em parte:

- 1) "negro bom é negro de alma branca";
- 2) "uma coisa boa do povo brasileiro é a mistura de raças";
- 3) "as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes";
- 4) "toda raça tem gente boa e gente ruim, isso não depende da cor da pele";
- 5) "negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída";
- 6) "se pudessem comer bem e estudar, os negros teriam sucesso em qualquer profissão";
- 7) "se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem".
- 8) Alguns estudos recentes afirmam que, por natureza, brancos e negros são diferentes em relação ao nível de inteligência. Na sua opinião, existem diferenças de inteligência entre brancos e negros? Se sim, de um modo geral, quem são mais inteligentes, os brancos ou os negros?
- 9) Você votaria ou já votou alguma vez em um político negro?
- 10) Se no seu trabalho você tivesse um chefe negro, você não se importaria; ficaria contrariado, mas procuraria aceitar; ou não aceitaria e mudaria de trabalho?
- 11) Se várias famílias negras fossem morar na sua vizinhança, você não se importaria; ficaria contrariado, mas procuraria aceitar; ou não aceitaria e mudaria de casa?
- 12) E se um filho ou uma filha sua se casasse com uma pessoa negra, você não se importaria; ficaria contrariado, mas procuraria aceitar; ou não aceitaria o casamento?"

Concluiu-se, inicialmente, que as pessoas que escolhessem as respostas de conteúdo mais preconceituoso às 12 perguntas seriam indiscutivelmente racistas — ainda que negassem isso.

Quase imediatamente após essa tentativa de constatação, a equipe que preparou as reportagens para a

*Folha* e para este livro levantou uma dúvida que só foi dissipada após várias reuniões. A dúvida era a seguinte: é ou está sendo necessariamente racista a pessoa que concorde, sem refletir profundamente, por exemplo, que "negro bom é negro de alma branca" ou que "as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes"?

Surgiram duas possibilidades de respostas para a questão do parágrafo anterior. Primeiro, a de que muitos brasileiros têm conhecimento limitado do significado exato das palavras da língua portuguesa. Simplesmente repetem axiomas aprendidos na infância. Não atribuiriam a essas frases uma conotação racista, preferindo-as de forma irrefletida. Seria, portanto, errado classificar como racismo um problema de compreensão semântica do linguajar dos brasileiros.

Um segundo raciocínio foi mais implacável com os brasileiros que escorregaram na hora de responder se concordavam com a primeira afirmação. Sabendo ou não que a frase é racista ou que contém elementos preconceituosos, a pessoa que a repete ajuda a perpetuar uma situação de desigualdade social a que estão relegados os negros na sociedade brasileira. Ou seja, mesmo sem querer, a pessoa que repete inocentemente "negro bom é negro de alma branca" está sendo preconceituosa contra negros.

Foi adotada neste trabalho de pesquisa e reportagem a segunda proposição. Ou seja, alguém que concordasse com a afirmação seria considerado uma pessoa que "manifesta preconceito contra negros em algum momento, ainda que de forma indireta". Essa expressão não é um mero eufemismo para evitar a classificação "racista". É evidente que há uma diferença entre a pessoa que diz "negro bom é negro de alma branca" e outra que, por exemplo, impede um negro de entrar em um restaurante ou em uma sala de cinema.

Para efeito de estudo, decidiu-se criar um *ranking* ou escala de preconceito. A idéia era atribuir pontos para as respostas dos entrevistados não-negros às 12 perguntas. Pessoas que escolhessem as respostas mais preconceituosas na maioria das perguntas seriam consideradas “fortemente preconceituosas”. Nessa categoria, enquadraram-se apenas 4% dos brasileiros pesquisados. Mas outros 83% se encaixaram entre os que demonstraram “um pouco” ou “medianamente” preconceito contra negros. A soma de 83% e 4% resulta no percentual (87%) de brasileiros não-negros que manifestam preconceito contra negros em algum momento, ainda que de forma indireta.

Só 13% dos entrevistados conseguiram sair ilesos do teste, respondendo a todas as indagações com a opção desprovida de conteúdo preconceituoso. É correto dizer, portanto, que apenas 13% dos brasileiros têm um comportamento isento de preconceito contra negros em sua vida cotidiana.

Em pesquisas desse tipo, nem todas as pessoas respondem a todas as perguntas. Por isso, não foi possível estabelecer um número mínimo de respostas que podem dar a alguém a classificação de “pouco” ou “medianamente” preconceituoso. Isso seria errado.

Utilizou-se nesse *ranking* do preconceito uma metodologia de médias. Cada pesquisado poderia fazer de zero a dois pontos por pergunta, dependendo do grau de preconceito embutido em sua resposta. Ao final, os computadores do Datafolha somaram quantas perguntas cada pessoa respondeu e quanto cada uma pontuou. Depois disso, dividiu-se o número de pontos obtidos pelo número de perguntas respondidas e chegou-se a uma média para cada um.

É fundamental o entendimento da metodologia utilizada para compor o *ranking* do preconceito. Só

assim o núcleo da pesquisa Datafolha se torna inteligível. Fica mais fácil compreendê-lo lendo as tabelas deste livro, que descrevem os cruzamentos das respostas às 12 perguntas.

Outra forma que ajuda a compreender o resultado da pesquisa Datafolha é transformar em números absolutos os percentuais obtidos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem uma população de 154 milhões. Esse número corresponde ao apurado no censo de 1991, atualizado com projeções de aumento da taxa populacional, ano a ano, até 1994. Do total de habitantes, 97,6 milhões têm idade igual ou superior a 16 anos (o universo pesquisado pelo Datafolha). Nesses 97,6 milhões, há 92,9 milhões de brasileiros não-negros. Como 87% dos não-negros manifestam preconceito de alguma forma, ainda que indireta, contra pessoas negras, é correto dizer que há 80,8 milhões de preconceituosos adultos no país. É esse o número de potenciais racistas cordiais brasileiros com idade igual ou superior a 16 anos.

## O racista cordial

Interpretada a pesquisa, a reportagem da *Folha* iniciou uma série de entrevistas em todo o país para identificar pessoas que se enquadrassem nos percentuais do estudo. Evidentemente, foi impossível encontrar alguém que se dissesse abertamente um “racista cordial”. Até porque, ao fazer isso, não estaria mais incluído na categoria. A reportagem não buscou os tradicionais estereótipos racistas, como os de grupos neonazistas. Esse fenômeno de agrupamentos extremistas não ocorre apenas no Brasil. E não seria alguma pessoa desse estrato social que poderia representar os 87% dos



Maria Thereza Ferraz Ramos Féris, professora e diretora de escola, foi processada pela prática de racismo e absolvida.

brasileiros que manifestam preconceito contra negros em algum momento, ainda que de forma indireta.

Entre as personagens encontradas, está a professora e diretora de escola estadual aposentada Maria Thereza Ferraz Ramos Féris, que tinha 59 anos em junho de 1995. Sem a menor má intenção, Maria Thereza diz que “tem preto que é gente”. Ela não tem intenção de ser racista. E diz não ser racista.

Maria Thereza faz propaganda a favor de negros. Teve várias testemunhas negras depondo em sua defesa, num processo a que respondeu por acusação de racismo, em 1990. Naquela época, ela dirigia uma escola estadual em Paulínia, a 120 km a noroeste de São Paulo. A professora Ana Augusta da Silva acusou Maria Thereza de proibi-la de entrar na escola. E, mais, de ter dito: “Lugar de negro é na senzala”. Em 1995, Maria Thereza foi absolvida em segunda instância — quando o condenado recorre ao Tribunal de Justiça do Estado — e sua pena foi revogada.

A absolvição foi dupla. Tanto no caso da professora que a acusou, como em um outro, no qual alegavam que ela teria impedido a matrícula de estudantes negros na escola que dirigia. Essa segunda acusação surgiu como uma continuação da primeira. Enquanto respondia a processo por causa da primeira denúncia, referente à frase da “senzala”, Maria Thereza permaneceu no trabalho. No início de um ano letivo, teve de remanejar estudantes de sua escola para uma outra. Entre eles havia alunos negros. Isso serviu de base para que surgisse outra acusação de racismo. Condenada pela Justiça local, foi absolvida em segunda instância.

Magoada com tudo o que passou, Maria Thereza chorou ao conceder entrevista à *Folha*. “Se eu tivesse um pouco de culpa, eu nem estaria aqui. Nem estaria lhe dando bola”, disse. A professora aposentada repete, sempre que pode, que não é racista. Ainda assim, em suas declarações pontificam exclamações do tipo “gosto não se discute” (sobre gostar ou não de negros) e “fui defendida por eles; por incrível que pareça”. Com essas declarações, Maria Thereza torna-se paradigma dos brasileiros que desejam ser cordiais em relação aos negros, mas que acabam escorregando em algum momento, como os 87% identificados na pesquisa Datafolha.

Uma pessoa doce, atenciosa, Maria Thereza atendeu com paciência a reportagem da *Folha*. Meticulosa, apresentou em uma pasta cópias dos processos a que respondeu, sendo depois absolvida. Indagada se teria sido vítima de uma incontinência verbal captada por uma pessoa mais perceptiva que a média, ela não soube dizer. Não seria o caso, hoje em dia, de as pessoas tomarem cuidado com aquilo que dizem, quando um branco e um negro estão discutindo? Responde Maria Thereza: “Principalmente o branco. Mas precisaria acabar com isso, porque gera a animosidade, a raiva. Você já viu

algum português te processar? Algum judeu te processar porque você contou uma piada? E o que tem de repertório de português burro... É isso que eu quero: que a criança preta tenha o espírito do português. Ele não se sente, no fundo, inferior: dá risada”.

Diferentemente de Maria Thereza, o médico Cândido da Silva Lopes não gosta de comentar o caso no qual esteve envolvido, como protagonista, também sob a acusação de ter sido preconceituoso. No dia 3 de abril de 1995, Cândido foi convocado a depor perante autoridades policiais. Nessa data, na Delegacia de Polícia de Investigações sobre Crimes Raciais, ele confirmou: “Eu disse mesmo que a coisa que eu mais detesto é pau-d’água e crioulo”. Aos 60 anos, na época de seu testemunho, Cândido prestou depoimento sem olhar para o delegado de plantão. Enquanto depunha, lia um livro que havia levado consigo até a delegacia. Respondia monossilabicamente a quase tudo.

O acusador de Cândido é um vigia do hospital onde o médico trabalhava. Durante um plantão, Cândido teria se irritado com o segurança e disparado a frase que deu origem à denúncia. “O caso é curioso porque o que mais acontece é a pessoa acusada vir até a delegacia e dizer que não disse nada”, afirma o delegado Maurício José Lemos Freire, que foi titular da Delegacia de Crimes Raciais em parte de 1994 e de 1995. No parecer do médico Cândido Lopes, manifestar o seu desprezo por alguém de uma determinada etnia é algo perfeitamente aceitável em uma sociedade democrática. Ninguém pode obrigá-lo, raciocina, a apreciar todas as etnias que compõem a população — desde que ele respeite os direitos individuais e coletivos de todos.

A aparente truculência do médico ao admitir o preconceito em relação a pessoas negras não tem, pelo menos perante a lei brasileira, nada a ver com racismo.

Seria, no máximo, uma injúria. Ainda assim, o juiz que julgasse esse caso teria de: 1) considerar ofensiva a palavra “crioulo”, 2) interpretar que o médico equiparara alcoólatras (“pau-d’água”) a negros e 3) que a pessoa que se sentiu ofendida estaria sendo chamada de bêbada. De outra forma, Cândido Lopes não teria feito nada de errado ao professar sua aversão por negros. Teria cometido um crime se fizesse o que fez utilizando um meio de comunicação. Como sua declaração foi de natureza privada — proferiu a frase para uma pessoa específica ouvir —, estava apenas externando sua opinião. E não, necessariamente, incitando ou induzindo alguém a praticar discriminação ou preconceito.

A lei brasileira que trata do racismo é a 7.716, de 5 de janeiro de 1989. O texto descreve o que é racismo e quais são as penas para esse tipo de crime, que no Brasil é inafiançável — isto é, uma vez registrado o fato em flagrante, o acusado vai direto para a cadeia e não tem direito a pagar fiança para aguardar o julgamento em liberdade. Mas isso é um fato raríssimo.

É didático conhecer trechos da lei 7.716:

Art. 1º - Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes de preconceitos de raça ou de cor.

[...]

Art. 3º - Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 4º - Negar ou obstar emprego em empresa privada:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 5º - Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 6º - Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau:

Pena - reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único - Se o crime for praticado contra menor de 18 (dezoito) anos a pena é agravada de 1/3 (um terço).

Art. 7º - Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar:

Pena - reclusão de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Art. 8º - Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 9º - Impedir o acesso ou recusar o atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões ou clubes sociais abertos ao público:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 10 - Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimentos com as mesmas finalidades:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 11 - Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 12 - Impedir o acesso ou o uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido:

Pena - reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.

Art. 13 - Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 14 - Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

[...]

Art. 16 - Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a 3 (três) anos.

[...]

Art. 18 - Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.

[...]

Art. 20 - Praticar, induzir, ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional:

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo 1º - Poderá o juiz determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

Parágrafo 2º - Constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Meticulosa a ponto de descrever, entre outras coisas, as formas de transporte (barcas, barcos, etc.) onde não se pode impedir o acesso de alguém com base na sua cor, a lei 7.716 comete uma gafe logo no início. Diz que serão punidos os crimes "resultantes de preconceitos de raça ou de cor". Evidentemente, para seres humanos, raça existe apenas uma: a humana. O que há são etnias — o negro, por exemplo, pertence a uma das etnias da raça humana.

Outro aspecto de maior relevância na lei 7.716 é que quase todos os seus artigos começam com três verbos no infinitivo: "impedir", "recusar" e "negar". Racismo é, como fica claro, impedir alguém de fazer algo por causa da cor da pele. Por exemplo, o caso clássico de um porteiro de alguma casa noturna impedindo um negro de entrar. Ainda assim, para que o porteiro ou o dono do estabelecimento pudessem ser presos, seria necessário que a polícia fosse até o local no momento do fato e que pessoas testemunhassem. Só assim estaria configurado o crime de racismo. E, mesmo com todas essas evidências, os acusados poderiam apresentar inúmeras desculpas para se safarem. Dizer que o negro impedido de entrar não estava vestido de forma adequada, que não pagou o ingresso, que a casa estava lotada, etc. Essas alegações jogariam a acusação no terreno das suposições, e o réu acabaria sempre tendo o benefício da dúvida.

Nos primeiros seis meses de 1995, a Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo, a única do país especializada nesse tipo de crime, registrou 53 ocorrências. Menos de uma por dia. Ou, com maior precisão, registrou-se, em média, apenas uma ocorrência a cada 3,4 dias do primeiro semestre de 1995. A idéia de ter uma delegacia especializada em crimes raciais é dar, supostamente, acesso mais fácil à lei aos que se sentem ofendidos. É mais confortável, supõe-se, procurar um policial para reclamar de discriminação sem ter de compartilhar o espaço com outras pessoas, baleadas ou assaltadas. Não se corre o risco de alguém sugerir que a queixa de racismo soa irrelevante, se comparada às desgraças que aparecem numa delegacia diariamente. Só que a delegacia paulistana de crimes raciais está instalada no 17º andar de um prédio no centro da cidade. Essa distância da calçada acaba não facilitando o acesso daqueles que eventualmente poderiam fazer uma queixa ou denúncia.



Delegacia de Investigações de Crimes Raciais

Segundo o delegado Maurício Freire, a maioria dessas poucas ocorrências registradas nem resulta em muita coisa. “Quase tudo que aparece é injúria, ou nem isso”, diz. Ele explica como são interpretadas, perante a lei, as acusações de suposto crime de racismo: “Quando uma pessoa chama a outra de ‘macaco’, isso é injúria. Se a ofensa for chamar alguém de ‘ladroão’, sem provar, isso é calúnia. E no caso de um profissional classificar o outro de ‘incompetente’, aí é difamação. Tudo isso aí é muito confundido com racismo, principalmente quando há um branco e um negro envolvidos”.

Há casos curiosos registrados nas gavetas do delegado Maurício Freire. Pessoas que confundem a extensão da lei e protagonizam reclamações históricas, desprovidas de qualquer base jurídica. Como o de um marido negro que disse estar sendo discriminado pela mulher, branca, dentro de casa. “Era muito esquisito, pois os dois haviam se casado, e a mulher estaria manifestando racismo só depois de morarem juntos há quase um ano”, relata Freire. No final, ficou esclarecido que se tratava apenas de um desentendimento entre marido e mulher, que nada tinha a ver com preconceito de cor.

Outro caso de confusão sobre a interpretação da lei é o de uma mulher negra demitida de seu emprego por justa causa. Indignada, queixou-se porque a demissão teria sido causada por sua cor e crença religiosa. Depois da investigação concluída, verificou-se que não era bem um caso de racismo. A mulher havia sido contratada como ascensorista em um prédio na região central de São Paulo. Alguns dias depois de ser admitida, passou a ir ao trabalho, todas as sextas-feiras, trajando uma roupa típica baiana. Usava um vestido rodado branco para poder freqüentar um culto religioso após o serviço. A indumentária era uma exigência de sua religião. Como o local de trabalho obrigava o uso de uni-

forme, e a mulher foi irredutível em sua posição, acabou demitida.

A polícia arquivou o caso.

## Negro contra negro e idéias preconcebidas

Um dos resultados que mais chamou atenção na pesquisa Datafolha foi algo de que se ouvia falar quando o assunto era racismo, mas nunca havia sido comprovado cientificamente: negros também manifestam algum tipo de preconceito em relação a pessoas de sua etnia. Para 48% dos negros entrevistados, por exemplo, a frase “negro bom é negro de alma branca” está total ou parcialmente correta. O que isso significa? Para o diretor-executivo do Datafolha, Antonio Manuel Teixeira Mendes, trata-se de “um caso típico de baixa auto-estima, e não de racismo propriamente”. Mas o percentual mostra, sobretudo, o grau de enraizamento do racismo na sociedade brasileira, a ponto de os próprios negros repetirem — ainda que de maneira irrefletida — afirmações negativas em relação a si próprios.

Há outros percentuais altos que indicam preconceito intra-étnico. Para 32% dos negros entrevistados, está completamente correta a afirmação “as únicas coisas que os negros sabem fazer bem são música e esportes”. Outros 10% concordaram parcialmente com a assertiva.

Mesmo quando a maioria dos negros discorda de determinadas afirmações, é curioso que uma parcela minoritária, mas significativa, continue mantendo a abordagem negativa. Por exemplo, 22% dos negros concordam total ou parcialmente que “negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída”. E 8% deles consideram que os brancos são mais inteligentes que os negros.

Outro grupo étnico que, em tese, não teria razão aparente para manifestar preconceito contra negros é o dos pardos — a designação que confina todos os morenos, mulatos e demais pessoas de cor não-branca, exceto negros e amarelos. Curiosamente, os pardos são sempre tão preconceituosos quanto os brancos.

Por exemplo, 36% dos pardos concordam inteiramente que “negro bom é negro de alma branca”. Entre os brancos, esse percentual é de 35%. Os pardos também são preconceituosos ao responder que “negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída”: 24% concordam totalmente ou em parte. O percentual é de 23% entre os brancos.

Mas a demonstração mais reveladora sobre os pardos é a resposta que dão criticando a própria formação de sua etnia. Para 24% dos pardos, está correta total ou parcialmente a afirmação “se Deus fez raças diferentes, é para que elas não se misturem”. Um pardo — mulato, moreno, não importa — tem de ser, necessariamente, fruto de uma miscigenação entre duas pessoas de etnias diferentes. Ao concordar com a frase racista de que Deus não quer mistura entre pessoas que tenham cores diferentes de pele, os pardos, ainda que de forma impensada, desqualificam a própria existência.

A capacidade de perceber que existe preconceito no país está diretamente ligada ao nível de escolaridade dos entrevistados. Entre negros com nível superior, 96% dizem haver preconceito de cor em relação a negros no país. Esse percentual cai para 89% quando os negros entrevistados têm apenas até o 1º grau. A influência do nível escolar é mais visível na escala do preconceito. Enquanto apenas 8% dos negros entrevistados com nível superior manifestaram preconceito mediano ao responder às perguntas utilizadas para montar o *ranking*, 62% dos negros com formação de 1º grau foram medianamente (58%) ou muito (4%) preconceituosos nas entrevistas.

A pesquisa Datafolha demoliu algumas idéias preconcebidas que existiam sobre racismo no país. Por exemplo, que haveria menos preconceito em cidades pequenas. Não é verdade, segundo o Datafolha apurou, que uma população menor aproxime as pessoas e que o maior nível de convivência ajude a anular o racismo. Moradores de municípios pequenos demonstram um sentimento racista em proporção quase idêntica à verificada em cidades médias e grandes. Em alguns casos, aumenta o preconceito, conforme diminui o número de habitantes.

Um exemplo: entre os entrevistados brancos, variou de 3% a 5% os que demonstraram muito preconceito — em cidades pequenas, médias e grandes. Já entre os brancos que não manifestaram preconceito em momento algum, há uma diferença visível. Nos municípios grandes, 17% dos brancos não foram preconceituosos. Em cidades pequenas, o percentual caiu para apenas 12%.

Uma das possíveis razões para que cidades pequenas tenham, em alguns casos, situações mais agudas de racismo é a distância do debate, constante em grandes centros, sobre o papel do negro na sociedade. É mais raro, em cidades pequenas, haver queixas por supostos crimes de racismo. Não é por acaso que a única delegacia especializada do país está em sua maior cidade, São Paulo.

Outra suposição antiga que foi desmontada pela pesquisa Datafolha é a de que os ricos são mais preconceituosos que os pobres. Na verdade, quem tem mais dinheiro tende a ser menos racista. O inverso também é válido: quanto menor a renda, mais preconceito tende a expressar a pessoa.

Tome-se o exemplo clássico de brancos contra negros. Apenas 11% dos brancos com renda mensal até dez salários mínimos não manifestaram preconceito contra negros na pesquisa Datafolha. Já entre os que recebem

20 salários mínimos ou mais por mês, subiu para 24% o percentual dos que responderam de forma não-preconceituosa às 12 perguntas do *ranking* do Datafolha.

## Nordeste racista

É curioso que a maior manifestação de preconceito contra negros tenha sido captada na região Nordeste, onde há maior miscigenação. Entre os brancos nordestinos, 6% responderam de forma muito preconceituosa às 12 perguntas do *ranking* criado pelo Datafolha. Os mulatos atingiram a marca de 7% de respostas muito preconceituosas, e os negros tiveram um percentual alto, de 6%, nesse item, quando a região pesquisada foi o Nordeste.

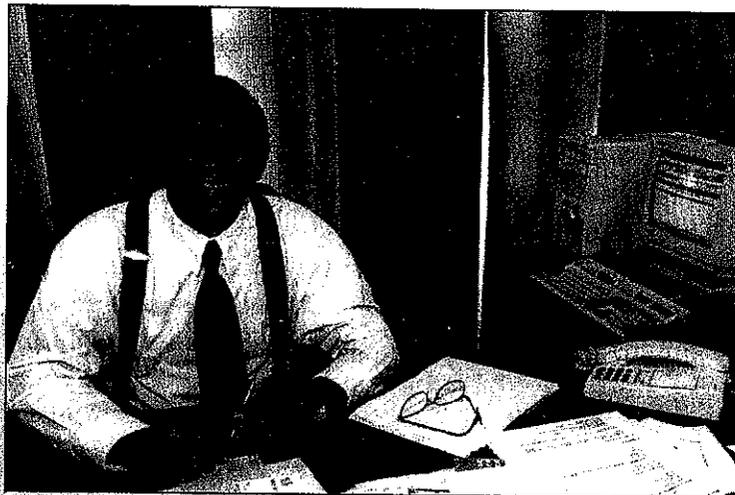
Conforme apurou o repórter João Batista Natali em investigação em Recife (PE), das 1.378 pessoas assassinadas na região metropolitana da capital pernambucana em 1994, só 173 eram brancas. As outras foram classificadas pelos legistas como sendo negras, pardas ou morenas.

No Espinheiro, um bairro de classe média de Recife, João Batista Natali encontrou uma história exemplar de como o país ainda conserva hábitos de séculos passados. Marlene Maria Lino da Silva, com 20 anos em junho de 1995, contou ter trabalhado como empregada doméstica por dois anos sem receber salários. Foi espancada, teve a pele queimada com óleo fervendo e não pôde, durante todo esse tempo, sair à rua ou telefonar para alertar a polícia ou a família. Na época, instaurou-se um inquérito policial para apurar esses fatos. O delegado João Veiga afirma que Marlene, uma negra, foi vítima de escravidão. "Ela começou a bater em mim quatro meses depois que eu trabalhava para ela. Me chamava de negra

sem-vergonha e falava que todo negro nasceu para ser escravo”, relata Marlene.

Embora tenha feito entrevistas em 121 cidades em todo o país, a amostra utilizada pelo Datafolha não permite que se indique um município, e nem mesmo um estado, como sendo o mais preconceituoso do país. Para isso, a pesquisa teria de ser muito mais ampla e levaria muito mais tempo. Apesar disso, as estratificações por região do país permitem dizer, com segurança, que o Nordeste é o local onde as respostas à pesquisa foram as de conteúdo mais preconceituoso.

Apesar disso, Recife serve de residência a um dos maiores exemplos de ascensão social de um negro brasileiro não relacionado a esportes ou a artes musicais. Exemplo colhido por João Batista Natali, a história de Adson Carvalho fascina por ser incomum na sociedade brasileira. Nascido em uma favela em Belém (PA), ele ficou órfão aos três anos. Foi criado por um tio sapateiro.



O empresário Adson Carvalho, 58, dono da IT (Internacional de Tecnologia).

Trabalhou como auxiliar de escritório em uma companhia aérea e conseguiu entrar para a faculdade. Cursos engenharia, em Recife. Por concurso, conseguiu uma vaga na multinacional de origem norte-americana IBM. Em 1975, montou sua própria empresa, que hoje tem filiais em São Paulo, Santiago (Chile) e Atlanta (EUA). Dá emprego a um exército de 3.200 funcionários. É, com certeza, um dos negros mais ricos do Brasil.

Em junho de 1995, Adson Carvalho estava com 58 anos. Sua empresa, a IT (Internacional de Tecnologia) — especializada em serviços de transmissão de imagens digitalizadas (imagens processadas por computador), um ramo de atividade que deve prosperar cada vez mais no final dos anos 90 — tinha faturamento de US\$ 100 milhões, previsto para o ano.

“Sou contra qualquer marca de desgosto e não concordo com os movimentos que estimulam o conflito. Se eu tivesse tempo para militar, participaria de algum grupo conciliador”, diz Adson Carvalho ao ser indagado sobre como enfrenta os mal-entendidos do dia-a-dia. Dificilmente, afirma, se aborrece com esse tipo de incidente. Por exemplo, quando entrou numa concessionária para obter informações sobre um automóvel Mercedes, modelo 300 E, o vendedor perguntou-lhe se, em lugar do carro, não era um caminhão que ele procurava. Ou, então, quando Adson foi abordado por um hóspede no saguão do hotel Sheraton Mofarrej, um cinco estrelas de São Paulo. O desconhecido perguntou, depois de tocar-lhe no ombro, se eram bem pagos os motoristas de limusine.

Pai de cinco filhos, morador num apartamento de 500 metros quadrados na praia de Boa Viagem, um bairro nobre de Recife, Adson Carvalho é proprietário de um automóvel Mercedes. O carro alemão lhe custou US\$ 140 mil. Tem planos de comprar um jatinho para se deslocar com mais conforto e rapidez. Em 1996, a idéia é

mudar a empresa para um prédio de 15 andares, revestido de mármore e enfeitado no topo com uma esfera metálica de 15 metros de diâmetro. Adson mandou construir o edifício com recursos próprios e batizou-o com seu nome. Vai chamar-se Adson Tower.

### A cor que o brasileiro tem e a que desejaria ter

Quando se conversa com um norte-americano sobre a composição étnica de seu país, ele normalmente diz, orgulhoso, que os Estados Unidos são um cadinho ("melting pot") de raças. Sabe-se que não é bem assim, se a comparação for o Brasil. Há uma dianteira de quase 100 anos para os brasileiros em termos de miscigenação. "Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na expedição de Martim Afonso de Sousa, em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619", escreveu Caio Prado Júnior (1907-1990) em seu festejado livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (23. ed. São Paulo, Brasiliense, 1994. p. 30).

Se 1531 foi mesmo o ano da chegada dos primeiros negros ao Brasil, como disse Caio Prado, esses 464 anos de miscigenação até 1995 resultaram em uma indefinição completa sobre a cor atual do brasileiro, que é classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Burocratas desse órgão controlado pelo governo federal inventaram uma definição que não agrada a quase ninguém: a cor parda. "O termo pardo é um verdadeiro saco de gatos. Tudo o que não se enquadra nas outras categorias é jogado lá dentro. É a lata de lixo do censo", disse a demógrafa e estatística Valéria Motta Leite à repórter Cristina Grillo. A escolha da cor parda foi consolidada em 1976, depois que o IBGE fez a sua

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) daquele ano. O resultado foi que os brasileiros se auto-atribuíram 135 cores diferentes. Isso tornou inviável realizar o censo apenas segundo a cor que cada pessoa considerava ter.

A lista das 135 cores constitui um verdadeiro tratado antropológico ditado pelos brasileiros. A seguir, a relação completa de cores coletadas na pesquisa realizada em 1976:

- |                         |                        |
|-------------------------|------------------------|
| 1 - Acastanhada         | 31 - Bronze            |
| 2 - Agalegada           | 32 - Bronzeada         |
| 3 - Alva                | 33 - Bugrezinha-escura |
| 4 - Alva-escura         | 34 - Burro-quando-foge |
| 5 - Alvarenta           | 35 - Cabocla           |
| 6 - Alvarinta           | 36 - Cabo-verde        |
| 7 - Alva-rosada         | 37 - Café              |
| 8 - Alvinha             | 38 - Café-com-leite    |
| 9 - Amarela             | 39 - Canela            |
| 10 - Amarelada          | 40 - Canelada          |
| 11 - Amarela-queimada   | 41 - Cardão            |
| 12 - Amarelosa          | 42 - Castanha          |
| 13 - Amorenada          | 43 - Castanha-clara    |
| 14 - Avermelhada        | 44 - Castanha-escura   |
| 15 - Azul               | 45 - Chocolate         |
| 16 - Azul-marinho       | 46 - Clara             |
| 17 - Baiano             | 47 - Clarinha          |
| 18 - Bem-branca         | 48 - Cobre             |
| 19 - Bem-clara          | 49 - Corada            |
| 20 - Bem-morena         | 50 - Cor-de-café       |
| 21 - Branca             | 51 - Cor-de-canela     |
| 22 - Branca-avermelhada | 52 - Cor-de-cuia       |
| 23 - Branca-melada      | 53 - Cor-de-leite      |
| 24 - Branca-morena      | 54 - Cor-de-ouro       |
| 25 - Branca-pálida      | 55 - Cor-de-rosa       |
| 26 - Branca-queimada    | 56 - Cor-firma         |
| 27 - Branca-sardenta    | 57 - Crioula           |
| 28 - Branca-suja        | 58 - Encerada          |
| 29 - Branquiça          | 59 - Enxofrada         |
| 30 - Branquinha         | 60 - Esbranquecimento  |

|                           |                         |
|---------------------------|-------------------------|
| 61 - Escura               | 99 - Morena-trigueira   |
| 62 - Escurinha            | 100 - Moreninha         |
| 63 - Fogoio               | 101 - Mulata            |
| 64 - Galega               | 102 - Mulatinha         |
| 65 - Galegada             | 103 - Negra             |
| 66 - Jambo                | 104 - Negrota           |
| 67 - Laranja              | 105 - Pálida            |
| 68 - Lilás                | 106 - Parafba           |
| 69 - Loira                | 107 - Parda             |
| 70 - Loira-clara          | 108 - Parda-clara       |
| 71 - Loura                | 109 - Polaca            |
| 72 - Lourinha             | 110 - Pouco-clara       |
| 73 - Malaia               | 111 - Pouco-morena      |
| 74 - Marinheira           | 112 - Preta             |
| 75 - Marrom               | 113 - Pretinha          |
| 76 - Meio-amarela         | 114 - Puxa-para-branca  |
| 77 - Meio-branca          | 115 - Quase-negra       |
| 78 - Meio-morena          | 116 - Queimada          |
| 79 - Meio-preta           | 117 - Queimada-de-praia |
| 80 - Melada               | 118 - Queimada-de-sol   |
| 81 - Mestiça              | 119 - Regular           |
| 82 - Miscigenação         | 120 - Rerinta           |
| 83 - Mista                | 121 - Rosa              |
| 84 - Morena               | 122 - Rosada            |
| 85 - Morena-bem-chegada   | 123 - Rosa-queimada     |
| 86 - Morena-bronzeada     | 124 - Roxa              |
| 87 - Morena-canelada      | 125 - Ruiva             |
| 88 - Morena-castanha      | 126 - Russo             |
| 89 - Morena-clara         | 127 - Sapecada          |
| 90 - Morena-cor-de-canela | 128 - Sarará            |
| 91 - Morena-jambo         | 129 - Saraúba           |
| 92 - Morenada             | 130 - Tostada           |
| 93 - Morena-escura        | 131 - Trigo             |
| 94 - Morena-fechada       | 132 - Trigueira         |
| 95 - Morenã               | 133 - Turva             |
| 96 - Morena-parda         | 134 - Verde             |
| 97 - Morena-roxa          | 135 - Vermelha          |
| 98 - Morena-ruiva         |                         |

A lista acima serviu de base para o IBGE definir como chamaria as pessoas que não fossem brancas,

negras, amarelas ou indígenas. “Havia críticas ao fato de o quesito ser fechado (as respostas não eram livres). Na PNAD tentamos verificar a melhor maneira para se descobrir a cor da população. Concluímos que pardo seria melhor”, relata a demógrafa Valéria Motta Leite. A partir dessa pesquisa de 76, muita gente passou a entrar — sem querer — como tendo a cor parda nas estatísticas oficiais do governo brasileiro.

Hoje, segundo o IBGE, o brasileiro pode ter apenas cinco cores: 1) branca, 2) parda, 3) negra, 4) indígena e 5) amarela. Os pardos são todos os não-brancos que não sejam negros, amarelos ou índios. Apesar de terem sido os primeiros habitantes do país, os indígenas ganharam denominação própria apenas no último censo demográfico, de 91. Os brasileiros que não concordam com as cinco definições possíveis de cor apresentadas pelo IBGE são jogados na classificação outros.

O IBGE pesquisa a cor das pessoas apresentando as cinco opções para que cada pessoa se autodefinia. Só se conhece a divisão por cor dos brasileiros segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990, que classifica a população em 55,3% brancos, 39,3% pardos, 4,9% negros e 0,5% amarelos. Como o censo de 91 não estava processado até setembro de 1995, não foi possível para este livro trazer o percentual de indígenas na população brasileira.

O IBGE aplica o censo com dois formulários. Um é levado à maioria dos domicílios do país. O outro questionário, mais extenso, só é aplicado a um percentual da população. É esse segundo que contém as informações sobre a cor dos brasileiros e não havia sido completamente processado até setembro de 1995.

Segundo as normas internacionais, acordadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), cada nação deve fazer um censo a cada dez anos.

Os resultados têm de ser apresentados o mais rapidamente possível. Nos Estados Unidos, por exemplo, as conclusões do censo de 1990 ficaram conhecidas, em sua íntegra, em 1991.

No Brasil, o IBGE não conseguiu fazer o censo em 1990, data inicialmente prevista. Além do atraso na aplicação e no processamento, o IBGE também atrasou a aplicação das PNADs de 92 e 93. Os resultados dessas duas pesquisas estavam previstos para liberação ao público apenas no final de 1995. Por isso, a PNAD de 1994 sequer foi realizada.

Além de demonstrar que falta agilidade ao principal órgão estatístico nacional, a pesquisa Datafolha também serviu para expor que a definição de cor do IBGE está ultrapassada. Diferentemente do IBGE, os pesquisadores do instituto Datafolha anotaram a cor do entrevistado de três formas. Primeiro, o entrevistador, segundo sua própria observação, anotava na planilha da pesquisa a cor do entrevistado. Depois perguntava qual era a cor que o entrevistado atribuía a si próprio. Finalmente, apresentava as possibilidades previstas pelo IBGE e pedia para o pesquisado se enquadrar em uma delas.

O resultado é que os brasileiros rejeitaram espetacularmente o termo pardo. Apenas 6% dos entrevistados se auto-atribuíram a cor parda em respostas espontâneas. Outros 8% se disseram de cor preta ou negra. E o grande achado foi a cor morena, que inexistia no censo do IBGE: 43% dos brasileiros maiores de 16 anos se classificam como morenos e suas variações (moreno-claro e moreno-escuro). O percentual supera, inclusive, o de brancos. Apenas 39% dos brasileiros entrevistados se disseram brancos. Outros 2% se consideraram claros.

Quatro conclusões sobre esses números:

1) Para o IBGE, o Brasil é um país que tem maioria branca (55,3% da população) e uma multidão de pardos (39,3% do total);

2) Na prática, quase ninguém quer ser pardo, pois 71% dos que foram listados como sendo dessa cor pelos pesquisadores do Datafolha (seguindo critérios do IBGE) classificaram-se como morenos;

3) Nem todos os classificados como brancos pelo IBGE se consideram dessa cor, pois 24% dos listados como brancos pelos pesquisadores também se consideram morenos; e

4) Para os brasileiros, não existe uma maioria de brancos no país. A soma de morenos e negros, segundo auto-atribuição espontânea de cor, resulta em 50%. Se forem somados aí os que se classificam como pardos (6%), mulatos (1%) e escuros (2%), o percentual sobe para 59%, a maioria, portanto.

A palavra "moreno", segundo o dicionário Aurélio, deriva do espanhol: "Moreno, da cor trigueira do mouro". Por razões diversas, que não foram estudadas nesta pesquisa do Datafolha, o termo "moreno" enraizou-se de forma altamente positiva na cultura brasileira. É raro ver alguém que não queira bronzear-se no verão para ficar moreno. Mesmo os que não querem ficar morenos tendem a admirar as pessoas que são dessa cor. Coletada por Cristina Grillo, a frase de Ézio San, vocalista do grupo de pagode Os Morenos, sintetiza o subconsciente nacional sobre o assunto: "Moreno é a cor do Brasil. Ninguém gosta de ser chamado de neguinho ou de branquinho".

Essa confusão sobre a cor da pele das pessoas fica mais intensa em famílias em que um negro se casa com uma branca, ou vice-versa. Paula Barreto, branca, com 36 anos em junho de 1995, filha do produtor de

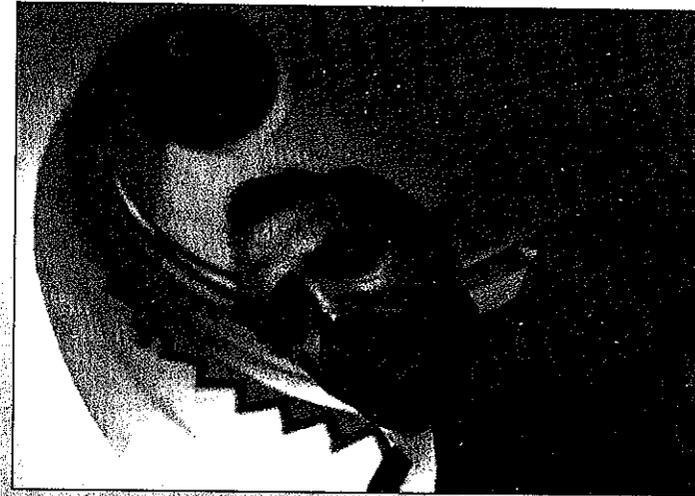
cinema Luís Carlos Barreto, casou-se com o jogador de futebol Cláudio Adão, negro, de 39 anos. Paula contou para a repórter Cristina Grillo que sofreu as “pressões naturais” em casa quando anunciou o casamento. Mais ou menos o que apurou a pesquisa do Datafolha: 14% dos entrevistados não aceitariam facilmente um casamento de um filho ou filha branca com uma negra ou negro.

Quando em 1977 Paula comunicou aos pais que se casaria com Cláudio Adão, sua mãe lhe perguntou se já havia pensado nos filhos, que seriam mulatos. “E era o que eu mais queria, ter filhos lindos, que não fossem branquelos como eu e que fossem uma mistura minha e do Cláudio”, relatou Paula.

O casal teve dois filhos: Camila e Felipe, com 10 e nove anos em junho de 1995. Na certidão de nascimento, os dois são brancos; mas quando passa o pesquisador do IBGE, Paula diz que os filhos são negros. “Minha maior decepção foi quando as crianças nasceram. Elas eram brancas, por isso foram registradas assim. Mas depois o pediatra me tranqüilizou e disse que elas iriam escurecer”, afirma Paula. Para ela, o problema mesmo é o termo pardo: “Tenho horror a ele. É feio, preconceituoso. Meus filhos são negros e são felizes”.

Felizes, as crianças Camila e Felipe são dois entre prováveis milhões de exemplos sobre a ficção que é a classificação de cor do IBGE. Pelos critérios oficiais do censo, todos os descendentes de casamentos mistos são necessariamente pardos. Assim, o filho de um casal formado por um oriental e um branco é considerado pardo. Essa é a mesma classificação usada para o filho de um casal formado por um branco e um negro.

“A idéia do branqueamento da raça é muito forte. Minha mãe dizia para as filhas: ‘Você tem que casar com branco para apurar a raça’. O negro de classe média também rejeita a raça”, disse em junho de 1995 o único



Vereador do PC do B, Vital Nolasco, único vereador negro na Câmara Municipal de São Paulo.

vereador negro da cidade de São Paulo, o comunista Vital Nolasco. A rigor, Vital seria o que se convencionou chamar de mulato. “Mas se a sociedade nos chama de negros, por que nós não vamos dizer que somos?”, costuma perguntar. Presidente de uma “comissão de acompanhamento das comemorações dos 300 anos de Zumbi”, Nolasco, que tinha 48 anos ao dar esta entrevista, casou-se com Maria Ester, branca, mas também militante dos direitos dos negros. “O negro precisa se valorizar mais. Ele não se impõe. Tem medo de ser negro”, afirma Ester.

Elza Berquó, pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) acha que “ninguém tem sabedoria, direito nem privilégio de classificar ninguém”. Em entrevista a Marilene Felinto, ela disse considerar “pobre” a classificação por raça ou cor da pele, conforme aparece no formulário do IBGE. Berquó não se opõe a que a palavra “pardo” seja trocada por

“moreno”. “Eu acho que a grande maioria vai se classificar como morena, porque a população brasileira é morena mesmo”, afirma a pesquisadora, que é especialista em demografia da população negra brasileira e assessora o IBGE na elaboração do censo.

Em junho de 1995, Berquó disse: “Eu acho que devia ser feita uma consulta à população, para saber se ela prefere pardo ou moreno. É mais do que razoável fazer isso. Essa pesquisa do Datafolha possivelmente será um elemento para ajudar o IBGE no próximo censo”. Para ela, é importante manter a pergunta sobre cor no censo. “É importante porque, por exemplo, no censo de 1970, essa questão foi abolida. Nós estávamos em pleno período de ditadura militar e se resolveu tirar o quesito do formulário, sob a alegação de que seria racismo incluí-lo. Com isso, ficamos quase 20 anos sem ter qualquer informação sobre a vida da população brasileira, pois o censo de 60, que continha o quesito, só foi publicado em 1978. E até hoje não foi divulgado em sua íntegra. Esse



Elza Berquó, do CEBRAP, fala sobre o quesito raça e cor no Brasil.

vácuo de informações foi prejudicial, porque as políticas públicas não tinham como ser aplicadas”.

Para a demógrafa, outros termos ainda não citados por brasileiros com frequência devem ser incorporados às pesquisas oficiais sobre a cor da população do país. Por exemplo, o termo afro-brasileiro para designar os negros. Trata-se de um termo que foi difundido amplamente nos Estados Unidos no final dos anos 80. Os ativistas negros dos EUA passaram a preferir ser chamados de afro-americanos (“Afro-Americans”). A idéia dos defensores da nova terminologia é valorizar a procedência cultural dos negros.

Marilene Felinto perguntou a Elza Berquó se não seria o caso, então, de chamar os brancos descendentes de italianos que vivem no Brasil de “italo-brasileiros”. E os descendentes de japoneses amarelos de “nipo-brasileiros”. Eis o que Berquó respondeu: “Tudo bem, aí eles que reivindicuem, se querem que assim seja. É preciso lembrar que há estudos de antropólogos brasileiros mostrando que, quando se usa uma classificatória bem mais ampla, a proporção de brancos e de pretos diminui, porque as pessoas têm mais possibilidade de se colocarem. Agora vamos separar uma coisa que é a pesquisa e a militância. Para efeito de militância é fundamental a auto-identificação, porque isso significa uma tomada de consciência. Eu ajo assim porque aprendi isso de alguns movimentos negros, com os quais concordo”.

### **Mercado de trabalho, nível sócio-político e cotas**

Se no campo dos direitos sociais há muita disparidade entre a posição dos negros e dos brancos, na área de preferência política e religiosa isso não se repete.

A maioria absoluta (58%) dos entrevistados pelo Datafolha não tem preferência específica por um partido político. Esse percentual é quase idêntico para cada um dos grupos étnicos pesquisados: 59% dos brancos, 55% dos negros e 57% dos pardos não têm partido político.

Só dois partidos políticos tiveram menções de alguma significância na pesquisa: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de centro-direita, e o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda. No total, 14% dos entrevistados preferem o PMDB e 13% o PT. Entre os brancos, ambos têm 13%. Entre os negros, ambos têm 15%. E entre os pardos, o PMDB, partido que foi hegemônico na política brasileira em quase toda a primeira década de regime democrático, tem 15%, e o PT 14%.

A religião de preferência dos negros difere um pouco da média geral. O resultado geral da pesquisa aponta que 74% dos brasileiros com 16 anos ou mais dizem ser católicos. E que a segunda religião no país já é a evangélica pentecostal, com 8% das preferências. Em todas as etnias, o catolicismo tem a preferência da maioria absoluta. Mas, entre os negros, 10% dizem ser evangélicos pentecostais, contra 7% dos brancos e 9% dos pardos.

Todos esses dados sócio-políticos são menos reveladores do que os resultados sócio-econômicos da pesquisa Datafolha. É ali que se enxerga perfeitamente o *apartheid* social a que estão submetidos os negros na sociedade brasileira. *Apartheid* é uma palavra holandesa e se notabilizou por ser o nome do regime de segregação racial adotado no passado (1948-1992) pela África do Sul. A melhor tradução para a palavra é *separação*.

A julgar apenas pelo percentual de pessoas empregadas, os negros desfrutariam da melhor situação entre todas as etnias no país. Não haveria uma separação financeira de classes étnicas. Mas não é exatamente assim.

Primeiro, é ilustrativo conhecer os números que pintam um quadro aparentemente positivo para os negros: na pesquisa Datafolha, 70% dos negros responderam estar trabalhando. Entre os brancos, o percentual cai para 65%. Os pardos também ficam atrás, com 66% de entrevistados dizendo estar empregados. Um quarto dos negros têm carteira de trabalho assinada, contra apenas 19% dos brancos e pardos. Ou seja, no mercado de trabalho formal, os negros são os que conseguem um percentual maior de ocupação e uma maior legalidade na maneira como são empregados, pois têm mais registros em carteira do que brancos e pardos.

Agora, os números que contam a pior parte da história sobre a situação financeira do negro: 50% dos negros têm uma renda individual mensal equivalente a, no máximo, dois salários mínimos. Esse percentual cai para 45% entre os pardos e para 40% entre os brancos. No topo mais alto da pirâmide salarial, outro desastre para os negros. Enquanto 16% dos brancos entrevistados recebem por mês o equivalente a dez ou mais salários mínimos, apenas 6% dos negros se encaixam nessa categoria.

Resumo: os negros estão percentualmente mais empregados do que brancos e pardos. Mas ganham salários muito mais baixos.

Causa ou consequência certa da baixa renda, a escolaridade dos negros é a pior. Apenas 4% dos entrevistados negros conseguiram passar em algum vestibular e entrar para um curso de nível superior. Entre os brancos, o percentual sobe para 13%. O baixo nível de escolaridade funciona como um forte obstáculo para que o negro consiga melhores posições no mercado de trabalho. Segundo Carlos Hasenbalg, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, entrevistado pelo repórter Aureliano Biancarelli, os negros hoje sequer conseguem manter o mesmo padrão de vida de seus pais.



Antônio Benedito de Souza, 45, um dos sócios da loja Levi's.

Mesmo para os negros que conseguem colocação no mercado de trabalho, as dificuldades são sempre maiores. Por causa do racismo cordial, muitas vezes invisível, eles enfrentam o que os norte-americanos batizaram com a metáfora “glass ceiling” (telhado de vidro). Uma pessoa esbarra nesse obstáculo transparente quando atinge um nível médio em sua carreira: continua a enxergar um horizonte melhor acima, mas nunca consegue prosseguir subindo na escada social. A posição melhor está ali à frente, visível — mas sempre inacessível. Na pesquisa Datafolha, 36% dos homens negros entrevistados disseram já ter enfrentado algum tipo de discriminação por causa da cor da pele. Desses, 13% afirmaram que o problema ocorreu em situações envolvendo suas carreiras profissionais.

Sem saber que algum dia foi inventada a expressão “glass ceiling”, Antônio Benedito de Souza, negro, 45 anos em junho de 1995, sócio de uma loja em um *shopping center* em São Paulo, criou uma filosofia que

costuma transmitir para seus filhos: “Vocês precisam provar que são melhores para serem considerados iguais”.

Foram também os norte-americanos os que mais popularizaram o sistema de cotas para minorias em vários setores da sociedade. É o que ficou conhecido naquele país como ação afirmativa ou ação positiva (em inglês, o termo é “affirmative action”), que teve início nos anos 70 e firmou-se na década de 80. Nos anos 90, a ação afirmativa começou a ser cada vez mais bombardeada. Muitos norte-americanos acham que o governo cedeu muito aos grupos de pressão. A idéia básica é garantir para minorias um percentual mínimo de colocações no mercado de trabalho ou em escolas, por exemplo. A criação desses nichos artificiais para minorias, acreditam os defensores das cotas, ajudaria os integrantes desses grupos a consolidar uma melhor inserção social.

Enquanto que, em 1995, nos Estados Unidos, a “ação afirmativa” já ganhava quase tantos adeptos quanto no Brasil a discussão ainda era completamente incipiente. Não há leis brasileiras sobre o assunto nem muita opinião formada a respeito. O sistema de cotas é restrito a poucas empresas privadas. A maioria, multinacionais que importaram a idéia de seus países de origem. Como cresce o debate sobre o assunto, o Datafolha dedicou parte de sua pesquisa a essa questão. “Você concorda com a reserva de vagas de estudo e trabalho para os negros?”, perguntou o Datafolha. E 40% dos negros responderam “sim”. Outros 15% disseram concordar parcialmente com a idéia. Um total de 55%, portanto, dos negros consideram o sistema de cotas uma saída possível para a discriminação que sofrem.

Não é muito diferente a resposta de outras etnias à pergunta sobre cotas. Entre os brancos, 46% são favoráveis total ou em parte à idéia. Para os pardos, o percentual apurado foi de 49%.

Previsivelmente, o apoio ao sistema de cotas aumenta conforme diminui a renda do entrevistado. O apoio total à idéia varia de 37% a 43% entre todas as etnias, quando o entrevistado tem uma renda familiar de até dez salários mínimos. Mas cai para uma faixa de 19% a 23%, quando a renda mensal sobe para mais de 20 salários mínimos. Também é semelhante a situação quando se observa o nível escolar dos pesquisados. Quanto mais estudou, menos apoio oferece às cotas. Por exemplo, 46% dos negros que fizeram só até o primeiro grau são inteiramente a favor. Mas apenas 12% dos que entraram em uma faculdade acreditam que seja necessária uma legislação nesse sentido.

A pergunta sobre cotas serviu também para que o Datafolha desvendasse um sentimento não revelado explicitamente pelos racistas assumidos — aqueles 10% que responderam “sim” à pergunta “você tem preconceito de cor em relação aos negros?”. Apesar de manifestar a discriminação que praticam, essas pessoas demonstram achar necessário melhorar a condição social do negro no país. Mais uma demonstração inequívoca de racismo cordial. A maioria dos racistas assumidos é favorável às cotas: 52% dos brancos e 60% dos pardos que dizem ter preconceito são favoráveis — total ou parcialmente — à criação de cotas para negros em escolas e no mercado de trabalho.

O sistema de cotas começou a ser um assunto mais presente nos debates das organizações do movimento negro no Brasil apenas a partir do início dos anos 90. Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) diz que “as cotas não seriam necessárias se houvesse oportunidades para todos, mas diante de tantas diferenças, seria interessante que a sociedade garantisse mecanismos de igualdade”.

Em matéria de oportunidades iguais, o sistema educacional está completamente defasado e desigual. A Universidade de São Paulo (USP) tem aproximadamente 50 mil estudantes em suas salas de aula. O número de negros entre eles não chega a 2%. Em outras universidades a situação não é muito diferente. Como se não bastasse, o incentivo para os que entram é sempre contaminado pela diferença de cor que existe entre eles e o restante.

A história pessoal de Billy Castilho, 35 anos em junho de 1995, é um exemplo de como são tratados os negros na universidade. Não ocorre nada ostensivo, mas há uma diferença. Quando cursava arquitetura, Castilho pretendia encerrar o seu curso com um trabalho sobre o *designer* alemão Mies van der Rohe (1887-1969). Só que a idéia foi metralhada por um professor: “Por que você não faz um trabalho mais ligado às raízes negras brasileiras?”

Único aluno negro em sua classe, Castilho não gostou da sugestão do professor. Continuou o seu trabalho



Billy Castilho, diretor de arte de cinema de publicidade.

de pesquisa sobre Van der Rohe. "O resultado é que alunos com trabalhos muito mais fracos que o meu foram melhor tratados. Abandonei o curso no último período", diz. Castilho tornou-se publicitário e dirige comerciais.

Com a intenção de forçar uma reversão nesse quadro discriminatório, logo depois que foi divulgada a pesquisa Datafolha sobre preconceito de cor, em 25 de junho de 1995, um deputado estadual de São Paulo apareceu com um projeto de lei para estabelecer cotas no Estado. Paulo Teixeira (PT) não formulou uma lei clássica, que obriga a presença de negros em todos os setores da sociedade, mas quis algo que ensejasse uma maior inserção das pessoas negras e pardas.

"O estado de São Paulo gasta R\$ 30 milhões por ano com propaganda e só reforça o arquétipo do branco da população do Brasil", critica o deputado Teixeira. Por isso, seu projeto propõe que seja observada a proporção étnica em comerciais oficiais paulistas onde apareçam pessoas. Uma fila de banco, por exemplo, teria de ter um número de negros que correspondesse ao percentual deles na população do estado. Branco, advogado e com 34 anos em junho de 1995, Teixeira diz ser contra cotas. Por isso seu projeto de lei trata unicamente de reservar espaço para as minorias étnicas em locais que possam potencializar, segundo o raciocínio do político petista, o avanço social dos negros e pardos, entre outros.

Além dos negros e dos pardos em comerciais, Teixeira propõe que a TV Cultura — financiada pelo estado de São Paulo — coloque em "seus produtos e quadros jornalísticos representação étnica de pretos e pardos proporcional à população do Estado". Segundo o deputado, sua intenção é que isso seja válido apenas para as pessoas que apareçam na tela, durante os programas. Um telejornal deveria ter jornalistas de todas as etnias, pela lei de Teixeira. E no caso de um telejornal que tenha

apenas um apresentador? Como seria escolhida a cor desse jornalista? Teixeira não soube responder.

Outra idéia do deputado Paulo Teixeira se refere às empresas que disputem concorrências para fazer obras públicas no estado de São Paulo. Para ganhar uma obra, a empresa teria de adotar um "programa de contratação de trabalhadores negros". Aparentemente bem-intencionada, a idéia pode causar um custo adicional para o estado. No caso, por exemplo, de as empresas com a melhor qualidade e o melhor preço não oferecerem o tal programa. O governo paulista teria de contratar os serviços de uma empresa pior e mais cara só porque essa firma adota uma política de contratação de minorias.

Outras idéias contidas no projeto de lei incluem as áreas de saúde e educação. Para a saúde, Teixeira quer médicos do estado identificando a origem étnica dos pacientes "a fim de identificar a incidência de doenças específicas na população negra". Para a educação, defende rever "o currículo de História do Brasil, objetivando destacar a participação do negro na formação histórica da sociedade". Além disso, quer instituir no ensino de 1º e de 2º graus das escolas públicas do estado a disciplina "História e Cultura da África".

Apresentado na Assembléia Legislativa de São Paulo na última semana de junho de 1995, o projeto de lei do deputado Paulo Teixeira caiu no oblívio em seguida. Três meses depois do seu surgimento, em setembro, tramitava sem previsão de aprovação.

## Histórias de sucesso

Não foi apenas o empresário Adson Carvalho, em Recife (PE), que obteve sucesso profissional e financeiro. Com a pesquisa Datafolha pronta, o repórter

Mauricio Stycer dedicou-se a encontrar exemplos de negros bem-sucedidos. Eis o início do seu relato:

“Responda rápido: você conhece um ginecologista negro? *A Folha* fez essa pergunta a um assessor do Hospital das Clínicas, e ele disse que, em 11 anos de trabalho no maior hospital da América Latina, nunca havia visto um médico — de qualquer especialidade — negro. Um dia depois, ele se lembrou de que entre os 1.200 médicos do quadro do HC há um anestesista negro.

“Você conhece algum juiz negro? O espanto da assessora do Tribunal de Justiça de São Paulo diante da pergunta não foi menor do que o do assessor do HC: ‘Ih, acho que não tem!’ Depois de algumas horas de pesquisa e consultas, ela descobriu que tem, pelo menos um, no 1º Tribunal do Júri.”

Stycer entrevistou várias pessoas que, segundo ele, formam uma “espécie de anomalia estatística, a dos negros que conseguiram ser bem-sucedidos”. Dois desses entrevistados serão conhecidos a seguir.



Nilton Santos, único juiz negro do 1º Tribunal do Júri, em São Paulo.

“O juiz já chegou?”, costuma ouvir frequentemente em sua sala Nilton Santos de Oliveira, negro. “Eu sou o juiz”, responde aquele que, em junho de 1995, era o único negro entre os 11 juizes do 1º Tribunal do Júri de São Paulo. Oliveira começou sua carreira em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo: Com frequência, era parado na estrada por policiais rodoviários aparentemente inconformados com o fato de um negro dirigir um automóvel Monza do ano. Em uma dessas batidas, o policial não se satisfaz apenas com os documentos em ordem do veículo e a carteira de motorista do seu proprietário. E perguntou qual era a ocupação de Oliveira. “Sou juiz”, respondeu. Imediatamente, ouviu a réplica do policial: “Juiz de futebol?”

Oliveira, com 37 anos em junho de 1995, nasceu na cidade do Prado (BA). Filho de um lavrador e de uma dona-de-casa, foi o único entre os quatro irmãos que conseguiu passar no vestibular e obter um diploma de curso superior. Até formar-se, ocupou-se sendo engraxate, jornalista, office-boy e bancário. Formou-se em direito em 1985. Em 1991, aprovado em concurso, foi nomeado juiz em Caraguatatuba.

Para Oliveira, o esforço pessoal foi a mola propulsora de seu sucesso. “O preconceito incomoda, mas não me impede de agir com naturalidade. O excesso de preocupação com o preconceito pode atrapalhar. Se eu não pensasse assim, não teria feito nada”, diz. Ele já foi casado com uma mulher branca, de quem se divorciou. Em 1995, preparava-se para casar novamente — com uma “morena”. “A única diferença é que as pessoas brancas que namorei tiveram mais oportunidades na vida”. Sobre oportunidades, diz ser contra o sistema de cotas para negros no mercado de trabalho e em escolas, exatamente a opinião que a pesquisa Datafolha detectou em pessoas de sua classe social. “É melhor o preconceito ser velado do que explícito, como é nos Estados Unidos”, diz o juiz.

Em uma profissão diferente da do juiz Nilton Santos de Oliveira, o também negro e piloto de avião Alexandre Dias freqüentemente enfrenta discriminação racial no dia-a-dia, mas tenta encarar as situações com um discurso positivo. “O que supera as barreiras é a capacidade do homem, não a sua cor”, costuma dizer Dias. Já sua irmã, a pedagoga Teresa Dias Lindolfo, é muito mais dura com as discriminações cotidianas. “Ela vê racismo até em janela”, afirma Dias. “Faço militância dentro de casa. Cultivo a auto-estima das minhas filhas. Conto a história da Branca de Neve dizendo que era uma pretinha linda, uma estrelinha da noite”, diz Tereza.

Dias formou-se piloto profissional em 1973. Em junho de 1995, tinha 42 anos. Quando conseguiu sua licença para voar, Dias foi começar a profissão trabalhando para uma empresa de táxi aéreo em Cuiabá (MT). Era o único piloto negro da companhia e o único a não



Comandante Alexandre Dias, que faz voos internacionais pela Varig.

ter autorização para voar no melhor avião da frota. Passou depois pela Taba (Amazônia) e Rio-Sul, até ser aprovado em um teste para pilotar na Varig, a maior empresa de aviação do Brasil. Seu cargo é o de comandante de aviões Boeing 767.

Dias se recorda de um episódio em 1985, quando uma passageira da classe Executiva cismou que poderia ficar nas poltronas da primeira classe porque havia lugar. Depois de muito discutir com as comissárias — que não estavam permitindo a troca de assentos —, a passageira enfurecida resolveu reclamar com o comandante do voo. Abriu a porta da cabine dos pilotos e exclamou: “O quê? Um crioulo sentado aí?” Era a cantora Eliana Pitman, negra. “Ri. A melhor forma de enfrentar o racismo é ser superior a ele”, afirma Dias.

Casado com uma branca, Silvana, o piloto Dias tem um filho, Otávio, cujo sonho é ser astronauta. Sobre ser casado com uma branca, Dias declara o seguinte: “As mulheres negras que me interessavam só tinham interesse por brancos”.

## A aparência e a preferência nacional por mulatas

Casamentos de negros com brancas ou de brancos com negras são um tabu em 1995. A preferência sexual dos brasileiros, porém, é bem definida. “Pelo que você sabe ou imagina, quem é melhor de cama: as brancas, as mulatas ou as negras?”, perguntou o Datafolha para todos os entrevistados do sexo masculino. A resposta foi esta: as mulatas são consideradas as melhores na cama por 32% dos entrevistados. Em segundo lugar, com um empate técnico, vêm as brancas (12%) e as negras (13%). O empate ocorre por causa da margem de erro da pesquisa.

Optou-se pelo termo "mulata", e não "parda" (como diria o IBGE), na hora de fazer a pergunta porque trata-se de palavra consagrada no vocabulário cotidiano das pessoas.

A mesma pergunta foi feita para as mulheres entrevistadas nesta pesquisa: "Pelo que você sabe ou imagina, quem é melhor de cama: os brancos, os mulatos ou os negros?" Diferentemente da vitória folgada das mulatas na preferência dos homens, neste caso a disputa foi mais apertada. Acabaram vencendo os negros, com 16% das preferências. Mas foram seguidos de perto pelos mulatos (13%) e pelos brancos (11%). E 42% das mulheres brasileiras responderam não saber a diferença. Algo que não aconteceu no caso do homens, entre os quais apenas 13% não souberam optar por uma etnia de preferência na cama.

O Datafolha também fez outras perguntas de caráter pessoal. Por exemplo, o que agrada e incomoda os brasileiros negros e pardos em sua própria aparência. Um dos resultados mais marcantes refere-se à satisfação de 77% de negros e pardos com os seus corpos do jeito que são. Para os 23% que gostariam de fazer alguma alteração, um novo tipo de cabelo é o que está no topo da lista, com 8% das preferências.

Em segundo lugar na lista de possíveis alterações, empatados com 7% cada, vêm mudanças no corpo e no rosto. Apenas 2% dos entrevistados disseram que gostariam de modificar a cor da pele.

Esses números mostram que, apesar do preconceito latente, a imagem dos negros perante si próprios não é diretamente proporcional ao racismo brasileiro. A frase da cabeleireira Silvana Gurgel, de 31 anos em junho de 1995, à repórter Fernanda Scalzo, resume um pouco esse achado do Datafolha: "Quando eu era criança, pensava: 'Que pena que eu sou neguinha'. Hoje, é: 'Que legal que sou neguinha'".

No início do questionário, o Datafolha perguntou às pessoas qual era a primeira idéia que lhes vinha à cabeça quando pensavam em um homem ou em uma mulher negra. As respostas foram maciçamente positivas.

Ao pensar em homem negro, 35% dos entrevistados disseram que os negros são "pessoas comuns, iguais às outras". Outras respostas positivas: homens mais bonitos (10%), porte físico (6%), dedicação ao trabalho (5%), honestidade (4%), pessoas carinhosas (3%). Outros 19% disseram não saber o que responder. De respostas eminentemente negativas, o Datafolha registrou os que pensam em marginalidade (6%) e falsidade (2%) quando lembram de um homem negro. Já 24% citaram discriminação/preconceito.

No caso de mulheres negras, o resultado foi semelhante. A idéia mais recorrente para 30% dos entrevistados que pensam em mulheres de cor negra é que são pessoas comuns, iguais às outras, seguida por sensualidade/beleza (16%). E a negativa mais relevante foi marginalidade, mencionada por 3% dos entrevistados.